



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA - S. PAULO

Parágrafo 7.

Constará da proposta orçamentária o produto das operações de créditos autorizadas pelo Legislativo, com destinação específica e vinculadas ao projeto.

Artigo 3.

O Poder Executivo poderá firmar Convênios, com vigência no máximo de um ano, com outras esferas de governos, para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, sem ônus para o Município.

Artigo 4.

As despesas com o pessoal ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente, (atendendo o disposto no artigo 38 das Disposições Transitórias).

Parágrafo 1.

O limite estabelecido para as despesas de pessoal de que trata este artigo, abrange gastos da administração nas seguintes despesas:

- Salário;
- Obrigações Patrimoniais;
- Proventos de Aposentadoria e Pensões;
- Remuneração de Prefeito e Vice-Prefeito;
- Remuneração dos vereadores.

Parágrafo 2.

A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a administração de pessoal a qualquer título, só poderão ser feitas se houver dotação orçamentária suficiente, para atender as projeções de despesas até o final de exercício, obedecido o limite fixado no "CAPUT".

Artigo 5.

As operações de crédito por antecipação de receita, contratadas pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício.

Artigo 6.

O Prefeito Municipal enviará, até o dia 30.09.99, o Projeto de Lei Orçamentaria a Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-o a seguir para a sanção.

Artigo 7.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ribeira, 04 de maio de 1998

Antonio Benedito Ito Dias Batista Santos Lisboa
Prefeito Municipal